

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Francisco José Coelho Teixeira

Ministro da Integração Nacional

Robson Afonso Botelho

Secretário de Infraestrutura Hídrica

Elianeiva de Queiroz Viana Odísio

Coordenadora-Geral de Programas Ambientais

Maria da Glória Almeida Teixeira

Especialista Médio I

Juliana Brito dos Santos

Analista Técnico-Administrativo

CMT ENGENHARIA

Auriman Cavalcante Rodrigues

Coordenador-Geral

Carlos Danger Ferreira e Silva

Coordenador Setorial

Mariana Veríssimo Pacheco

Coordenadora Setorial

Denise Bonomo

Inspetora Ambiental

Juliana Márcia Andrade

Inspetora Ambiental

Equipe Técnica:

Adriana Martins

Analista Ambiental

Ana Paula Alencar

Analista Ambiental

Fabiana Lisboa

Analista Ambiental

Leonardo Brilhante de Medeiros

Analista Ambiental

Marcello Aponte

Analista Ambiental

Marismar Bispo

Analista Ambiental



Dados da Publicação:

Diagnóstico Socioambiental Participativo das Comunidades Quilombolas da Área de Influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Realização:

Equipes de Educação Ambiental e de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas: Adriana Martins, Adriana Nascimento de Oliveira, Ana Paula Alencar, Cláudia Maria de Albuquerque Guimarães, Denise Bonomo, Edivam José da Silva, Fabiana Lisboa, Gislane Rodrigues Lima, Juliana Márcia Andrade, Leonardo Brilhante de Medeiros, Marcello Aponte, Marismar Bispo e Valtercio Evangelista da Silva.

Coordenação:

Juliana Márcia Andrade

Pesquisa e Textos:

Adriana Martins

Ana Paula Alencar

Leonardo Brilhante de Medeiros

Ilustração e Projeto Gráfico:

Francisco Puygserver

Pablo Murilo

Revisão:

Denise Bonomo

Leonardo Brilhante de Medeiros

Marismar Bispo



LISTA DE SIGLAS

AQCC - Associação Quilombola de Conceição das Crioulas

AQCR - Associação Quilombola da Cruz dos Riachos

AQCS - Associação Quilombola Comunidade Santana

AQUICBÁ - Associação Quilombola da Comunidade de Jatobá

ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro

ASPAPP - Associação dos Produtores Agrícolas do Poço da Pedra

CEASA - Centro de Abastecimento

CCLF - Centro de Cultura Luiz Freire

CDR - Conselho de Desenvolvimento Rural

CEACQ - Comissão Estadual de Articulação de Comunidade Quilombolas de Pernambuco

CECOR - Centro de Educação Comunitária Rural

CIDA - Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional

COMPESA - Companhia Pernambucana de Saneamento

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CPA - Centro de Produção Artesanal

DRP - Diagnóstico Rápido Participativo

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FCP - Fundação Cultural Palmares

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

GERES - Gerência Regional de Saúde

IN - Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPA - Instituto Agrônomo de Pernambuco

ISA - Instituto Socioambiental

ITEP - Instituto de Tecnologia de Pernambuco



MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MI - Ministério da Integração Nacional

MMTR - Movimento das Mulheres e Trabalhadoras Rurais

MSD - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PBA – Projeto Básico Ambiental

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRORURAL - Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PSF - Programa de Saúde da Família

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

ONG - Organização Não Governamental



ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO	6
2. JUSTIFICATIVA	7
3. ESPAÇO FÍSICO DA PESQUISA.....	8
3.1. Comunidades Quilombolas no Brasil	8
3.2. Comunidades Quilombolas do Nordeste e Sertão Pernambucano.....	10
4. METODOLOGIA.....	12
4.1. Fase de Instrumentação	13
4.1.1. Público-Alvo	15
4.1.2. Métodos e Técnicas de Obtenção dos Dados.....	15
4.2. Fase de Interpretação das Informações	16
5. ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS.....	19
6. COMUNIDADE QUILOMBOLA DE FAZENDA SANTANA.....	21
6.1. Resultados da Memória Coletiva	21
6.1.1. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Técnico.....	21
6.1.2. Fase de Interpretação das Informações do Mapeamento Técnico	23
6.2. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Social.....	25
6.2.1. Fase de Interpretação das Informações do Mapeamento Social	26
6.3. Memória Coletiva da Oficina de Devolutiva	27
6.4. Pesquisa Socioeconômica	28
6.4.1. Aspectos Socioeconômicos da Comunidade	28
6.4.2. Infraestrutura Social e Econômica	38
6.4.3. Produção e Formas de Uso e Ocupação do Solo	40
6.4.4. Serviços de Apoio à Produção.....	41
6.4.5. Análise dos Resultados da Pesquisa Socioeconômica.....	41
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
8. REFERÊNCIAS.....	44
9. ANEXOS.....	46



1. APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico Socioambiental Participativo das Comunidades Quilombolas da Área de Influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) é o resultado das ações dos Programas de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas e de Educação Ambiental, os quais integram o conjunto de programas ambientais que compõem o Projeto Básico Ambiental (PBA) do PISF. As ações visam minimizar possíveis impactos causados pela implantação do empreendimento, bem como promover melhoria na qualidade de vida das comunidades quilombolas identificadas na Área de Influência Direta (AID) do PISF.

O propósito deste documento é apresentar informações socioeconômicas e ambientais dessas comunidades, a fim de subsidiar ações de educação ambiental, organização e gestão produtiva. Ademais, essas informações poderão contribuir com as instituições governamentais que atuam diretamente nessas comunidades quilombolas na busca de uma gestão comunitária colaborativa voltada para o desenvolvimento sustentável e ao fortalecimento da cultura local.

O Diagnóstico Socioambiental Participativo de Comunidades Quilombolas do PISF é resultado de um processo dialógico e participativo desenvolvido por meio de procedimentos metodológicos pautados na pesquisa-ação, a partir da reflexão e construção entre os atores sociais de comunidades quilombolas pesquisadas e a equipe técnica responsável pela implementação dos programas ambientais.

Essas ações foram desenvolvidas em 12 (doze) comunidades quilombolas do Sertão Pernambucano, são elas: Araçá, Juazeiro Grande, Pedra Branca, Queimadas, Serra do Talhado, Sítio Feijão/Posse, Conceição das Crioulas, Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha, Santana, Cruz dos Riachos, Jatobá II e Fazenda Santana.

Assim, de modo a facilitar a apresentação desses resultados, o diagnóstico foi dividido por comunidade quilombola, constando, assim, de 12 (doze) volumes.



2. JUSTIFICATIVA

A principal função de um diagnóstico socioambiental participativo das comunidades é ampliar o autoconhecimento dessas comunidades sobre as potencialidades, problemas locais e a relação com o meio ambiente promovendo o planejamento participativo.

Um diagnóstico pode-se constituir como elemento central para a organização de ações que visam o desenvolvimento local, pois permite o diálogo entre técnicos e moradores de uma comunidade sobre a realidade vivida pelo grupo, sobre a rede de relações sociais, de conflitos e contradições que lhe imprimem um dinamismo permanente e que abrem caminhos para a transformação.

As dimensões levantadas em um diagnóstico são inter-relacionadas entre si e poderão ser equacionadas em reflexões e ações coletivas de planejamento para o desenvolvimento comunitário na direção da melhoria de qualidade de vida da população. Os participantes deste processo têm a possibilidade de reconhecer melhor suas experiências, fraquezas e habilidades, avaliando quais são as melhores alternativas para um novo planejamento de ações prioritárias a este desenvolvimento.

Espera-se que todo processo de elaborar, consolidar e validar este diagnóstico favoreça a construção do autoconhecimento e de uma consciência crítica do processo de mudança do grupo, além disso, que subsidie o planejamento e desenvolvimento de ações contextualizadas em educação ambiental e capacitações de organização e gestão produtiva.

Em contrapartida a um estudo pré-elaborado, com perguntas direcionadas e formuladas intencionalmente, este estudo permite que os próprios comunitários analisem o meio em que vivem, as suas mais diversas relações de dependência e possíveis alternativas para melhorias locais.



3. ESPAÇO FÍSICO DA PESQUISA

3.1. Comunidades Quilombolas no Brasil

Para entender como se deu a formação das comunidades quilombolas no Brasil é necessário conhecer o sistema escravista brasileiro, época na qual os portugueses começaram a dominação de nosso território. Desse modo, para se instalar precisavam de mão de obra forte, barata e em grande quantidade. A mão de obra escrava africana, facilitada pelo mercantilismo europeu, se tornava a alternativa mais lucrativa e viável. O tráfico negreiro, iniciado por volta de 1532, foi, por mais de três séculos, uma das maiores e mais rentáveis atividades, trazendo mais de 3 milhões de escravos para os portos brasileiros (ALBUQUERQUE & FILHO 2006).

Em território africano os negros eram tratados como moeda de troca. Trocava-se um negro por aguardente de cana, espelhos, rolos de fumo, entre outros. Quando adquiridos, os negros eram marcados a ferro em brasa, e, acorrentados, eram encaminhados aos presídios da costa africana, onde esperavam os navios negreiros. Esses negros eram transportados de forma sub-humana, amontoados nos porões dos navios, alguns chegavam a óbito e eram jogados ao mar. Assim, quando chegavam ao território brasileiro, eram comercializados nos mercados da Bahia, do Rio de Janeiro, do Maranhão e do Pernambuco, e seus serviços eram empregados na lavoura, mineração, pecuária ou em trabalhos domésticos. A economia da colônia e do Império dependia praticamente do trabalho dos escravos africanos. O trabalho deles desenvolveu a monocultura canavieira, a monocultura cafeeira e a mineração (SOUSA 2012, não paginado).

Apesar desse histórico escravista, Silva (2010) afirma que esses povos não foram passivos e tampouco a formação do território dos quilombos se deu somente a partir dos redutos de negros fugitivos, mas, também, da compra da terra pelos escravos alforriados, ou por doação de terras pelos proprietários falidos para pagar pela prestação de serviços.

Durante todo o período de escravidão houve inúmeros casos de resistência dos povos negros. Existiam muitas maneiras de luta contra a escravidão, uma das formas mais expressivas de resistência foi a constituição de quilombos, “distribuídos por quase todo território brasileiro, agrupavam principalmente os povos africanos e seus descendentes escravizados, mas também brancos europeus excluídos do sistema e povos indígenas”. (ANJOS & CYPRIANO 2006).

Munaga & Gomes (2006) publicou que quilombo não significou apenas um lugar de refúgio de escravos fugidos, mas a organização de uma sociedade livre formada por “homens e mulheres que se recusavam a viver sob o regime da escravidão e desenvolviam ações de rebeldia e de luta contra esse sistema”.



Os refugiados tornaram-se pequenos produtores rurais autônomos, num processo de ocupação e uso produtivo das regiões florestadas mais distantes dos rios, em áreas do interior do Brasil. Após a abolição, muitos ex-escravos continuaram suas atividades agrícolas, enquanto outros foram obrigados a trabalhar para latifundiários e garantir sua sobrevivência (ISA 2008).

Vale ressaltar que muitas comunidades foram formadas após a promulgação da Lei Áurea, que extinguiu a escravidão, por uma forte razão: era a única possibilidade do negro viver em liberdade, num espaço onde sua cultura não era desprezada, sendo possível, por isso, preservar a dignidade.

Em resumo, Munanga & Gomes (2006) afirmam que a luta e organização, marcadas por atos de coragem, caracterizaram o que se convencionou chamar de “resistência negra”, cujas formas variavam de insubmissão às condições de trabalho, revoltas, organizações religiosas, fugas, até aos chamados mocambos ou quilombos.

Os quilombos representam uma das maiores expressões de luta organizada no Brasil, em resistência ao sistema colonial-escravista, atuando sobre questões estruturais, em diferentes momentos histórico-culturais do país, sob a inspiração, liderança e orientação política ideológica de africanos escravizados e de seus descendentes de africanos nascidos no Brasil. Essas comunidades negras têm empreendido uma luta pelos direitos à liberdade, cidadania e igualdade, no conjunto das reivindicações pela posse da terra, bens considerados sagrados e formadores de uma identidade étnica.

Sabe-se que no Brasil foram criados vários quilombos desde então, mas, não se tem, até hoje, o censo da população quilombola. Estimativas do movimento social apontam a existência de 3 a 5 mil comunidades quilombolas.

A partir dos anos 70, a questão quilombola foi recolocada no contexto nacional com a “descoberta das comunidades quilombolas”, graças, em grande parte, ao movimento negro contemporâneo e ao exercício intelectual de vários autores. E, na década de 80, com o advento da atual Constituição Federal, o Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios, em seu art. 68, reconheceu a propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades dos quilombos que ocupavam suas terras, determinando que o Estado emita em favor daquelas comunidades os títulos respectivos.

Apesar de a Constituição Federal garantir aos remanescentes de quilombos o direito à propriedade de suas terras, somente 192 comunidades possuem este título, conforme dados da Comissão Pró-Índio, São Paulo.

A titulação é um procedimento importante, pois estabelece a extensão e os limites do território quilombola e dirime eventuais disputas sobre as terras ocupadas pelas comunidades. A indefinição quanto à regularização fundiária coloca os quilombolas em



situação de vulnerabilidade; dificulta o seu acesso a programas e políticas públicas e representa um entrave para a gestão sustentada dos territórios (ANDRADE 2011).

No Brasil, a Fundação Cultural Palmares, instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura, realiza várias atividades com comunidades quilombolas, dentre elas, formaliza a existência dessas comunidades, assessorando-as juridicamente e desenvolvendo projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania. Assim, por meio dessa instituição, mais de 1.500 comunidades espalhadas pelo território nacional já foram certificadas, dentre elas: 216 em Pernambuco, 68 na Paraíba e 64 no Ceará.

3.2. Comunidades Quilombolas do Nordeste e Sertão Pernambucano

Por volta do século XVI, o trabalho escravo chega ao Brasil, em decorrência do ciclo econômico da cana-de-açúcar no Recôncavo Baiano e ao norte de Pernambuco, onde se incluem hoje os estados de Alagoas e Sergipe (ANJOS & CYPRIANO 2006).

A região Nordeste foi onde se concentrou o maior número de quilombos existentes no Brasil, possuindo centenas de comunidades negras, cuja resistência cultural expressa características próprias de suas tradições festivas, manifestações religiosas e costumes.

As comunidades quilombolas mais antigas originaram-se principalmente de processos de fuga de negras e negros escravizados, provenientes de fazendas locais, mas também de regiões mais distantes, como o agreste meridional de Pernambuco e Alagoas. Um exemplo desse processo foi o surgimento na região hoje localizada no estado de Alagoas do quilombo de Palmares, considerado como um dos principais símbolos de resistência à escravidão no Brasil.

O quilombo de Palmares chegou a ter aproximadamente 20.000 habitantes e conseguiu resistir durante sessenta anos ao cerco colonialista. Em 1695 foi massacrado pelas forças de Domingos Jorge Velho, mas continuou a existir como símbolo de ameaça para a elite. A partir dessa ameaça, temendo surgir um novo Palmares, os senhores de engenhos e autoridades intensificaram a vigia e a procura de escravos fugidos, mas, mesmo assim, outros quilombos surgiram nas primeiras décadas do século XIX, como o Catucá, localizado no estado de Pernambuco.

No processo de instalações em terras após as fugas, os negros eram acolhidos por indígenas, que com o passar dos tempos obtiveram relações de parentesco que persistem até hoje, caracterizando os quilombos da região do vale do São Francisco, do Sertão Central e de Itaparica (ARARIPE & NASCIMENTO 2008).

O início da territorialização das comunidades quilombolas do sertão de Pernambuco se relaciona fortemente com o contexto sociopolítico do período em que iniciou a formação de cada uma das comunidades. Uma das motivações que levaram à territorialização dos



locais de procedência de seus primeiros habitantes e às identidades étnicas dos grupos envolvidos, é a forte influência das mudanças políticas e econômicas do final do século XIX.

De acordo com Araripe & Nascimento (2008), essas comunidades, que surgiram a partir do final desse século, se originaram de fluxos migratórios que partiram de três situações: de comunidades quilombolas já existentes; de fazendas que mantinham o trabalho semiescravo, na condição de pessoas libertas; e da dispersão populacional do Arraial de Canudos. Nas três situações havia a presença de pessoas com ancestralidade branca, negra e indígena, o que explica a configuração pluriétnica encontrada em muitos dos quilombos na atualidade.

Muitas dessas pessoas conseguiram adquirir recursos resultantes da produção nos quilombos originais, como trabalhadores ou meeiros nas fazendas, o que possibilitou a formação de novas comunidades, com a compra de terras para moradia, cultivos de subsistência, coleta, caça, pesca e rituais sagrados.

Portanto, as comunidades remanescentes de quilombolas são formadas por grupos sociais cuja identidade étnica é detentora de um patrimônio cultural rico e valioso.



4. METODOLOGIA

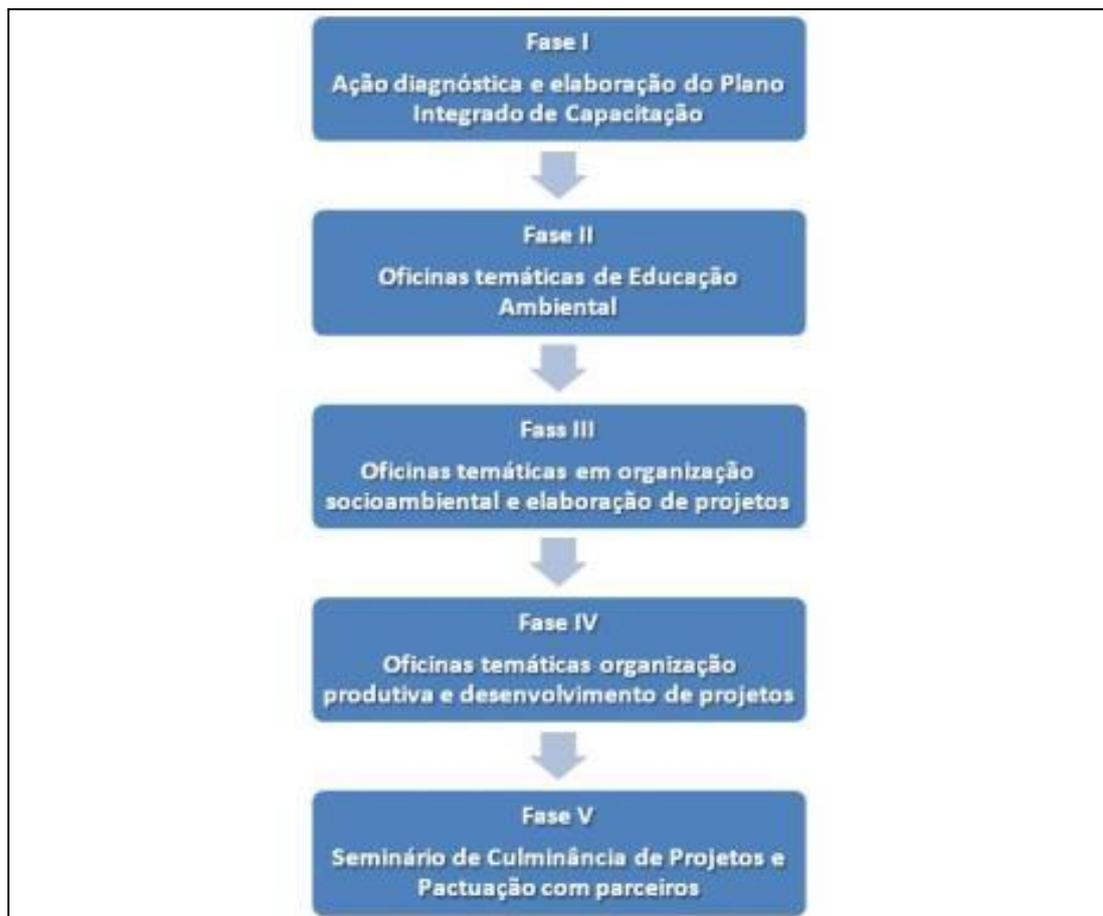
O Diagnóstico Socioambiental Participativo de Comunidades Quilombolas do PISF é resultado de um processo dialógico e participativo, representando um conjunto de conceitos e informações que as comunidades podem se subsidiar para gerenciar com autonomia seu desenvolvimento e planejamento.

As comunidades que participaram deste processo podem analisar seu modo de vida e o conhecimento adquirido com o trabalho desenvolvido, colaborando assim para o fortalecimento no planejamento de ações estratégicas. Este trabalho baseou-se em processos de pesquisa, a partir das condições de vida das comunidades estudadas, com seus próprios conceitos e visões.

Desse modo, a metodologia utilizada nesse processo formativo, implementada para os comunitários das 12 (doze) comunidades quilombolas contempladas pelos programas ambientais do PISF, visou potencializar sujeitos e comunidades nos aspectos epistemológicos relacionados à educação ambiental, fortalecimento de instituições das comunidades, elaboração e encaminhamento de projetos socioprodutivos, identificação e estabelecimento de parcerias, contratos e convênios para implantação de empreendimentos, e foi estruturada em cinco fases, representada na figura a seguir:



Figura 01. Fases do processo de formação continuada.



As cinco fases consistem num processo pedagógico, tendo em vista que contêm a intencionalidade de estimular as comunidades para a investigação, análise e avaliação de seus desafios e potencialidades, e, sobretudo, a valorização dos saberes já existentes, bem como a apropriação de novos conhecimentos. Esta metodologia proporciona ainda à comunidade, a interpretação do que se define como um problema ou como o que é desejável, levando em consideração o que realmente significa qualidade de vida para o grupo envolvido.

4.1. Fase de Instrumentação

A oficina de mapeamento técnico para as comunidades quilombolas iniciou o levantamento *in loco* de dados, seguindo diretrizes de estudos realizados em mapeamentos territoriais socioambientais, como ação inicial e norteadora para o processo contínuo e posterior diagnóstico.

Essa fase do mapeamento caracterizou-se por uma metodologia participativa de pesquisa-ação, pautada na pedagogia *freireana* como ação descritiva e de



empoderamento local, envolvendo o levantamento e a organização de informações sobre o histórico e a realidade socioambiental de cada comunidade que foi pesquisada.

Os participantes da oficina de mapeamento, divididos em oito grupos, construíram painéis (Anexo I) em que dispuseram as principais informações sobre a comunidade e, numa dinâmica de rotatividade com grupos menores, foi promovida a participação de todos sobre os dados contidos nos painéis. Os painéis apresentavam os seguintes eixos temáticos: 1) Nossas Águas e Usos; 2) Nosso Lixo; 3) Nossa Saúde; 4) Nossa Educação e Comunicação; 5) Nossa Cultura; 6) Nosso Meio Ambiente, Agricultura e Criação; 7) Nossos Movimentos Sociais; e 8) Nossos Arranjos Produtivos. Cada eixo possuía um espaço em branco para preenchimento das informações.

O mapeamento técnico desenvolveu-se em três momentos distintos, norteados por eixos temáticos descritos anteriormente, sendo eles: a valorização e identificação dos saberes prévios, a socialização de conceitos e análise, e atividade de alternância para os comunitários, a partir da apresentação de um questionário socioeconômico.

A fase caracterizada pela cartografia social, e sua consequente produção de mapas sociais, buscou levantar conhecimentos e entendimentos dessas comunidades como protagonistas da ação e suas diversas relações com o meio em que vivem, expressadas em desenhos simbólicos.

Os mapas produzidos representam um processo de expressão e descrição coletiva dos atributos que melhor refletem um território, ou paisagem, em função do conjunto de fragilidades e potencialidades locais. De modo simplificado, os mapas simbolizam uma 'fotografia' do momento que a comunidade vive, com a vantagem de registrar elementos surreais e sua dinâmica de transformação e com o único critério de obedecer ao que realmente é representativo, relevante a todo o grupo. Todos participam de forma igualitária, jovens, crianças, idosos, analfabetos, lideranças, propiciando o olhar comum, que é a prioridade dessa metodologia.

Os atributos/características de composição desses mapas podem ser trazidos tanto pela equipe técnica de pesquisadores quanto pelos componentes da própria comunidade. O caráter participativo desse processo se fortalece a partir do momento em que os participantes são, simultaneamente, autores e atores das percepções a respeito do território em que se inserem.

A metodologia de cartografia social que tem como principal produto os mapas sociais visa levantar aspectos relacionados à: Identidade e história da comunidade; Elementos simbólicos e afetivos do local; Conhecimentos, economia e produção local; Significado e entendimento das palavras-chave do processo de planejamento participativo; e mapa da



comunidade contendo limites geográficos. As ideias locais sobre qualidade de vida inevitavelmente são expressas nessas cartas.

Para a construção de mapas sociais, é fundamental conhecer a história humana do território. Por isso, é importante estimular a memória dos comunitários para que resultados satisfatórios relativos aos valores materiais e imateriais desses grupos sejam obtidos. Neste momento, faz-se também o resgate histórico da fase de mapeamento técnico, enriquecido com relatos dos moradores e desenhos apontados nos mapas.

Após as duas fases do mapeamento, técnico e social, como atividade de alternância, foi realizada pesquisa socioeconômica a partir dos questionários aplicados aos moradores envolvidos, conforme descrito na fase de mapeamento técnico. O questionário abordou questões específicas, referentes aos temas: perfil socioeconômico, organização social, infraestrutura, saúde, educação e comunicação.

Após a aplicação do questionário em forma de entrevista, realizada pelos próprios moradores com outros que não participaram das oficinas anteriores e buscando envolver todas as famílias da comunidade, foram realizadas as Oficinas de Devolutiva, que tiveram como principal objetivo compartilhar as informações coletadas e produtos gerados durante as oficinas anteriores. Na oficina também foram apresentadas as propostas de capacitação dos Programas de Educação Ambiental e de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Anexo II - Plano Integrado de Capacitação de Comunidades Quilombolas), para validação dos temas selecionados para a intervenção.

Os dados identificados durante as atividades diagnósticas foram apresentados para todo o grupo, a fim de corrigir e/ou complementar as informações que iriam compor o documento diagnóstico, e incentivando que o material possa servir de instrumento para gestão e referencial bibliográfico da comunidade. Como encerramento da atividade possibilitou-se também aos comunitários validar as informações em ata de reunião.

4.1.1. Público-Alvo

Comunidade quilombolas do Sertão Pernambucano, sendo elas: Araçá, Juazeiro Grande, Pedra Branca, Queimadas, Serra do Talhado e Sítio Feijão/Posse, localizadas no município de Mirandiba; Conceição das Crioulas, Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha e Sítio Santana, no município de Salgueiro; e Cruz dos Riachos, Jatobá II e Fazenda Santana, no município de Cabrobó.

4.1.2. Métodos e Técnicas de Obtenção dos Dados

Malhotra (2006) conceitua pesquisa qualitativa como uma “metodologia de pesquisa não estruturada e exploratória, baseada em pequenas amostras que proporcionam



percepções e compreensão do contexto do problema” e a pesquisa quantitativa como “metodologia que procura quantificar os dados e, geralmente, aplica alguma forma de análise estatística”.

Assim, a pesquisa realizada nas comunidades quilombolas em questão apresenta-se como quantitativa e qualitativa, pois os propósitos não podem ser alcançados por uma única base metodológica. A riqueza e a diversidade de informações relevantes e, principalmente, a singularidade da dinâmica populacional dessas comunidades exigem um estudo mais abrangente e criterioso.

O estudo, como citado anteriormente, foi subsidiado em dados coletados por mapeamento técnico e produção de mapas sociais, porém o instrumento mais prático para realização da pesquisa foi apresentado na forma de questionário socioeconômico, proposto com o objetivo de aperfeiçoar e quantificar os dados coletados em campo, sistematizar as informações de forma homogênea e verificar a possibilidade de replicação pelo grupo, caracterizando-se por fácil aplicação dos próprios comunitários.

O referido questionário possui inúmeras vantagens para composição do processo de diagnóstico. Entre elas, garante o anonimato, quando necessário, e apresenta questões objetivas e de fácil aplicação, oferece tempo hábil para o preenchimento das respostas, facilidade de conversão dos dados para arquivos digitais, uniformidade com a padronização de questões e baixo custo na produção.

Um questionário, segundo Gil (1999), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. Como a pesquisa possui um caráter empírico, esse instrumento permite a coleta de dados a partir da realidade local, e ainda, pela simplicidade da maioria das questões, alcança até mesmo moradores que não sabem ler ou escrever, com o auxílio de pessoas da comunidade que respondem ao mesmo questionário.

4.2. Fase de Interpretação das Informações

Após a realização de oficinas de mapeamento técnico e mapa social, e consequente atividade de alternância a partir da aplicação dos questionários por moradores das comunidades, os dados foram recolhidos e compilados, gerando gráficos quantitativos após análise e obedecendo a critérios estabelecidos previamente.

A análise das informações coletadas nas oficinas mapeamento técnico e mapa social e nos questionários aplicados foram sistematizadas e socializadas em oficinas de devolutiva para validação pelos comunitários.



Após a validação das informações contidas no painel produzido no mapeamento técnico, os gráficos gerados a partir do questionário socioeconômico foram expostos à comunidade, visando a confirmação de que retratam a realidade local, bem como para o apontamento de potencialidades para a gestão comunitária autossuficiente. As informações complementam-se, pois aludem à espacialização do seu território, seus aspectos históricos, simbólicos e culturais. Os mapas sociais também corroboram os dados levantados no painel, pois representam a configuração espacial dessas comunidades em forma de desenhos, com ênfase aos símbolos mais relevantes.

Na oportunidade, foram apresentados às comunidades quilombolas os aspectos do Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas, documento referente ao Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Projeto Básico Ambiental do PISF.

O Plano foi elaborado de forma integrada representando a inter-relação entre os Programas de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, de Comunicação Social e de Educação Ambiental do PISF. Seu principal objetivo é fornecer elementos que promovam a autonomia dessas comunidades, seu desenvolvimento e organização socioeconômica e ambiental e, prioritariamente, o fortalecimento das relações de interdependência intrínsecas a essas comunidades tradicionais.

O Plano expressa a continuidade do processo de formação, priorizando a continuidade das ações executadas durante a fase diagnóstica e que, de forma linear, estabelece a perspectiva de estabelecimento de parcerias, elaboração e gestão de projetos, necessariamente relacionados às questões socioproductivas.

Este Diagnóstico subsidiou a elaboração do Plano, com informações e relatos coletados durante as fases de Mapeamento Técnico, Mapeamento Social e de Devolutiva. Nessas etapas foram consideradas, principalmente, as necessidades das comunidades quanto aos seus anseios para a realização de oficinas de formação: temas relevantes ao desenvolvimento local, potencialidades e fragilidades da dinâmica populacional e prováveis desafios para a mobilização e organização comunitária visando à promoção de novas atividades.

Sendo assim, o Plano foi idealizado para propor um conjunto de capacitações prioritárias no contexto do PISF visando o desenvolvimento dessas comunidades, por meio de oficinas temáticas, que valorizem os saberes tradicionais de cada uma separadamente, pois suas diferenças implicam em ações também distintas. E ainda, como fomento ao planejamento de novas ações organizacionais, o Plano pode subsidiar a elaboração de futuros planos de ação locais, pois é sustentado pelas necessidades identificadas pelos próprios comunitários.



Como proposta de intervenção, essas atividades estabelecem um acordo entre as comunidades e instituições envolvidas para a continuidade e eficiência do processo formativo.



5. ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS

O processo normativo dos direitos quilombolas vem se efetivando desde a década de 1980, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988. O artigo 68, do Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios, dispõe:

“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.”

No momento em que o Estado reconhece um grupo como remanescente de quilombo fixa uma identidade não só política, administrativa e legal, mas também uma identidade social, permitindo assim direito a uma identificação étnica, que é veículo de obtenção de direitos diferenciados. Desse modo, esse artigo instituiu um novo sujeito social e político etnicamente diferenciado a partir dos direitos.

Apesar dos preceitos legais apresentados na Carta Magna, durante a década de 1990, o processo formal ainda se encontrava indefinido, promovendo-se uma série de iniciativas isoladas de regularização dos territórios quilombolas, ora conduzidas pela Fundação Cultural Palmares, ora pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ora pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou ainda pelos Institutos de Terra dos Estados.

Algumas tentativas de sistematização da condução do processo foram feitas, como o Decreto nº 3.912, de 10 de janeiro 2001, controverso dentre outros aspectos, por restringir a propriedade quilombola à questão temporal de permanência na terra: só poderiam pleitear o reconhecimento étnico e a regularização fundiária, territórios ocupados por quilombos em 1888 e que permaneciam nos locais remanescentes das comunidades dos quilombos em 05 de outubro de 1988. Essa disposição desconsiderava o dinamismo cultural, as rotas de fuga e fluxos migratórios dessas populações, cuja mobilidade teve motivações diversas nas diferentes regiões do país.

Os relatos contidos neste diagnóstico, por exemplo, revelam movimentos migratórios por motivos distintos, que se referem tanto a mudanças políticas e econômicas na região, como a busca de locais com fatores ambientais favoráveis. E, ainda, esse decreto não contemplava os quilombos urbanos.

Em 20 de novembro de 2003, é publicado o Decreto 4.887, que revogou o Decreto nº 3.912, de 10 de janeiro de 2001, e regulamenta os órgãos responsáveis pela titulação dos territórios quilombolas, atribuindo ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do INCRA, o papel de órgão executor, cujas diretrizes são definidas pela Instrução Normativa RFB nº 16, envolvendo a implementação de ações de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinstituição, titulação e registro das terras



tradicionalmente ocupadas por comunidades quilombolas, ações essas incorporadas ao Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que prevê processos participativos e gestão específica para essas comunidades.

O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, refere-se ao conceito e à identificação étnico-quilombola. Prevê a autoatribuição como elemento fundamental do reconhecimento, segundo a trajetória histórica própria do grupo que é dotada de relações territoriais específicas. Neste sentido, os conceitos e concepções sobre comunidades remanescentes de quilombos devem ser desvinculados da ideia de quilombo como local de “negros escravos fugidos”.

Considerando os diferentes processos de territorialização, bem como a diversidade de organização social e política dessas comunidades, adota-se, aqui, a definição apresentada na publicação ‘Sertão Quilombola, A Formação dos Quilombos no Sertão Pernambucano’ (ARARIPE & NASCIMENTO, 2008) que, de maneira sucinta, conceitua as comunidades quilombolas como: “grupos étnicos que assim se autoidentificam e que se mobilizam politicamente em torno de demandas comuns e diferenciadas do conjunto da sociedade nacional, especialmente o direito ao território que tradicionalmente o ocupam e que está na base da sustentação da sua etnicidade.”.

Com base nessa definição, este diagnóstico apresenta compreensões a partir de relatos dos moradores de 12 (doze) comunidades quilombolas do Sertão Pernambucano supramencionadas. Frequentemente, as informações referentes às origens das comunidades, o histórico de ocupação, as percepções territoriais, as relações de sociabilidade e de parentesco, que se mantêm até hoje, inter-relacionam as comunidades pesquisadas tecendo diferentes histórias.

Percebe-se o quanto elas se complementam seja por meio dos laços familiares e/ ou pela luta de resistência na região. A seguir é apresentado o diagnóstico realizado na comunidade de Fazenda Santana, localizada no município de Cabrobó, estado de Pernambuco.



6. COMUNIDADE QUILOMBOLA DE FAZENDA SANTANA

6.1. Resultados da Memória Coletiva

6.1.1. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Técnico

A fase de mapeamento técnico dirigido à comunidade quilombola de Fazenda Santana propiciou o levantamento e análise de informações categorizadas por eixos e qualificação dos atores locais para a percepção dos conhecimentos técnicos levantados, fortalecendo assim o protagonismo e a perspectiva de planejamento e organização locais.

Este momento possibilitou, de forma dialógica, promover a articulação e a participação de moradores da comunidade e suas diferentes formas de organização, visando o levantamento de informações relevantes à comunidade, e que subsidiará a construção de um planejamento para futuras ações. Essa metodologia, presente na fase inicial do processo de diagnóstico, está pautada nesta característica de construção coletiva, permeada por um processo de ensino-aprendizagem contínuo, garantido pela pedagogia da alternância, que fortalece este processo com atividades práticas fornecendo subsídios para as fases subsequentes.

A metodologia utilizada no mapeamento técnico procura fortalecer a participação do indivíduo e sua representatividade dentro de sua comunidade, a fim de que possa se compreender os conhecimentos adquiridos e utilizá-los em prol de melhorias na qualidade de vida local.

Os participantes foram convidados a construir um painel coletivo, que giram em circuito para que todos contribuam com informações nos oito eixos temáticos sugeridos:

- 1 - Nossas Águas e Usos;
- 2 - Nosso Lixo;
- 3 - Nossa Saúde;
- 4 - Nossa Educação e Cultura;
- 5 - Nossa Comunicação;
- 6 - Nosso Meio Ambiente;
- 7 - Nossos Movimentos Sociais e Instituições Parceiras; e
- 8 - Nossos Arranjos Produtivos.

Em cada eixo foi escolhido um relator para o grupo, que fez as anotações numa folha de papel pardo dividida nos seguintes quadrantes: Existe, Facilita e Dificulta. Assim, cada grupo teve a possibilidade de discutir os aspectos relevantes, do que existe em sua comunidade dentro de cada eixo; suas potencialidades representadas pelo que facilita, e



seus desafios rumo ao desenvolvimento comunitário que se pretende construir, representado pelo que dificulta. Como não são expostas perguntas norteadoras neste momento, permite-se que os participantes tenham reflexões livres relativas aos eixos específicos, considerando os saberes tradicionais articulados aos saberes comuns sobre os aspectos em questão.

A seguir, o painel elaborado na comunidade Fazenda Santana:

Quadro 01. Painel rotativo como resultado da construção coletiva - Comunidade Quilombola Fazenda Santana.

Nossas Águas e Usos		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Cisternas, açude, cacimba e olho d' água.</i>	<i>Temos água potável, lavar roupa, água para os animais, regar plantas, cata-vento do vizinho (poço artesiano) nos auxilia na água para os animais, na agricultura, na plantação da cebola, tomate e etc. e higiene pessoal.</i>	<i>Falta de chuva, água salgada, água poluída para consumo humano, falta de um cata-vento da própria comunidade, uso de agrotóxicos, não ter um dessalinizador e água encanada do PISF.</i>
Nosso Lixo		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Caixas e sacolas que colocamos o nosso lixo e depois jogamos fora (na natureza), queimadas, poluição e enterrar o lixo.</i>	<i>Diminuição da poluição para a população e animais, facilita nossa vida, limpar o ambiente em que vivemos e a diminuir o acúmulo do nosso lixo.</i>	<i>Junta micróbios, prejudica as árvores e ar, a poluição da água, o ar fica mais quente, diminui a plantação, prejudica a terra, empobrece a natureza, entope nossos córregos e quebra os açudes.</i>
Nossa Saúde		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Médico (uma vez por mês), aferição de pressão, medicamentos, exames preventivos e vacinação.</i>	<i>Não precisar sair da comunidade, somos atendidos na comunidade.</i>	<i>Não tem posto de saúde na comunidade e as consultas ficam restritas por que acontecem só uma vez por mês.</i>
Nosso Meio Ambiente		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>A Caatinga, a criação de animais, o lixo, a pesca, a caça, a plantação de legumes, a barragem, erosão no solo, a escola, as pessoas, transporte e energia.</i>	<i>A sobra, o ar fresco, utiliza para fazer remédio caseiro e alimentos dos animais, queimar o lixo, lavar roupa, dar de beber aos animais, fazer plantação, a educação, água gelada e conservar as comidas na geladeira.</i>	<i>As queimadas, os desmatamentos, a falta de coleta de lixo, não temos dinheiro para comprar o peixe porque na época da piracema não podemos pescar, quando não há inverno perdemos a colheita (falta de chuva), falta de preservação do meio ambiente, falta de consciência, falta de banheiros e falta de dinheiro para pagar passagem.</i>
Nossa Educação e Cultura		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Escola, alunos, professores, zeladora, merendeira, transporte escolar, forró, a missa da comunidade dia 26 de cada mês, novena de São Pedro, catequese, quadrilha, novena de Nossa Senhora Santana.</i>	<i>Aprendizagem, atenção das crianças, alimentação das crianças, limpeza, a missa na comunidade, os homens aprendem a rezar, educa as crianças na fé e animação das pessoas.</i>	<i>Os alunos não querem aprender e atrapalham, falta de reforma na escola e falta de transporte escolar seguro, distância que às vezes o padre não vem e um salão de festa na comunidade.</i>



Nossa Comunicação		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Celular rural, cartas (bilhetes), rádio, televisão e conversas.</i>	<i>O meio de comunicação, a nossa convivência com outras pessoas, as informações de notícia e avisos.</i>	<i>Quando os nossos celulares estão fora de área ou na falta de energia ficamos sem saber notícias e não falamos com os nossos familiares, tem celular, mas falta uma torre de sinal, falta um telefone público e falta de inclusão digital.</i>
Nossos Movimentos Sociais e Instituições Parceiras		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Escola, Associação Quilombola Santana, a Igreja Católica, terço dos homens, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e as catequistas.</i>	<i>A união das pessoas, educação das pessoas, conversão das pessoas, animação da comunidade, educação religiosa, evangelização e meio de renda familiar.</i>	<i>Falta de conhecimentos.</i>
Nossos Arranjos Produtivos		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Criatório, plantação de feijão e milho, quando chove planta roça de cebola/melancia/tomate/banana/goiaba e boiadeiro que compra e vende bode.</i>	<i>A alimentação, a compra e venda no local e sobrevivência.</i>	<i>Falta de pastagem e água no período da seca, os atravessadores que compram barato e agente fica no prejuízo e os insetos na roça.</i>

6.1.2. Fase de Interpretação das Informações do Mapeamento Técnico

O painel sugerido como ferramenta para o mapeamento técnico propiciou a identificação de elementos que são prioritários à comunidade, obedecendo a eixos temáticos ou elementos que são determinantes ao desenvolvimento local de qualquer grupo social. Os itens 'Existe', 'Facilita' e 'Dificulta' expressos no painel permitem a identificação objetiva da composição do grupo em questão e suas relações com seu território, com ênfase aos recursos humanos e materiais existentes (Existe), potencialidades (Facilita) e fragilidades (Dificulta).

Este tipo de abordagem de pesquisa também promove a participação coletiva, com o grupo maior de participantes dividido em oito grupos menores, seguindo a ordenação dos eixos temáticos. O painel transitou por todos os pequenos grupos, possibilitando, assim, que todos os participantes contribuíssem com informações pertinentes relativas a cada um dos eixos temáticos.

Além do painel, relatos dos moradores foram sistematizados em relatórios técnicos da atividade e auxiliaram na análise e interpretação dos dados descritos no painel.



Nossas Águas e Usos

Na comunidade Fazenda Santana não há abastecimento de água encanada, e a maioria dos domicílios são abastecidos por cisternas e cacimbas. No entanto, a comunidade tem como principal fonte deste recurso um poço artesiano de uma propriedade vizinha. A comunidade reconhece que o uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras e resíduos gerados na própria comunidade podem poluir algumas reservas de água existentes.

Nosso Lixo

Na comunidade não há coleta de resíduos por parte do município de Cabrobó, sendo os resíduos queimados ou enterrados. Os moradores acreditam que, na ausência do serviço de coleta, as melhores alternativas para a questão são a redução e o aproveitamento do que é produzido e considerado resíduo.

Nossa Saúde

Não há Posto de Saúde da Família na localidade. Os moradores afirmam que a presença de um médico ou enfermeiras ocorre uma vez ao mês, com atendimento na escola localizada na própria comunidade. Ainda ocorrem exames periódicos, acompanhamento de doentes crônicos, aferição de pressão e campanhas de vacinação no mesmo local.

Nosso Meio Ambiente

Os moradores reconhecem que a área onde vivem é relativamente degradada, e que ainda dependem de alguns recursos da Caatinga para sua sobrevivência, como para o preparo de remédios caseiros e comida para os animais. A ausência de banheiros nos domicílios e dos serviços de coleta de resíduos sólidos e ainda o desmatamento e as queimadas são considerados pelos moradores como os principais impactos que comprometem o ambiente local.

Nossa Educação e Cultura

A comunidade Fazenda Santana possui uma escola de ensino fundamental, a Escola Municipal Manoel Pereira da Silva. Como a comunidade situa-se a cerca de 50 quilômetros do município de Cabrobó, a maioria das crianças estudam na própria comunidade. A escola possui tamanho reduzido com apenas uma sala de aula, e encontra-se em mau estado de conservação, sem equipamentos básicos como utensílios para cozinha e materiais didáticos.





Foto 01. Escola Municipal Manoel Pereira da Silva, localizada em Fazenda Santana.

Nossa Comunicação

A comunidade utiliza os métodos mais convencionais encontrados na zona rural, como bilhetes, avisos e conversas entre moradores. Alguns moradores possuem telefones rurais, mas estes não funcionam regularmente. As principais solicitações da comunidade em relação à comunicação local são a instalação de uma antena de telefonia celular e de um telefone público além de trabalhos voltados à inclusão digital na própria comunidade, sem a necessidade de deslocamento.

Nossos Movimentos Sociais e Instituições Parceiras

Os moradores relatam que os grupos religiosos exercem grande influência na articulação local, e que os encontros e mobilizações são promovidos principalmente pela Associação Quilombola Comunidade Santana – AQCS e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Cabrobó.

Nossos Arranjos Produtivos

Quanto à produção local, os principais produtos são o milho e o feijão, porém em períodos de chuva planta-se também melancia, tomate, banana, goiaba e cebola. Criações de animais de pequeno e médio porte sustentam muitas famílias, e estes são comercializados na própria comunidade. A falta de pastagens para os animais e a presença historicamente marcante de atravessadores para comercialização dos produtos são os principais desafios para os produtores locais.

6.2. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Social

A oficina de mapeamento social e sua consequente elaboração de mapas buscou levantar e socializar conhecimentos e compreensões do grupo participante da ação, sobre sua vida e sua região. Os mapas sociais elaborados pelo grupo são produtos de um processo minucioso de análise socioambiental do ambiente em que estão inseridos, onde os



valores materiais e imateriais comuns a todos são identificados e expressos na forma de desenho, elementos essenciais na configuração de um território.

O mapa social atua na perspectiva do olhar comum, coletivo, sobreposto aos anseios e desejos de um grupo social. É uma representação subjetiva dos processos de ocupação de uma área e das redes de inter-relações que se criaram sob esse ambiente ao longo do tempo. O território quilombola se difere dos demais não pelas características físicas deste, mas pelos sinais históricos e culturais ali presentes, sendo a reprodução cultural e o resgate histórico as principais características que o torna um ambiente único.

Os mapas sociais elaborados durante a oficina demonstram a relação dos moradores uns com os outros e destes com o meio, no que diz respeito às necessidades do grupo. Também representam estágios de degradação que o ambiente se encontra e a capacidade de satisfazer essas necessidades, e ainda, historicamente elementos que mostram a fragilidade dessas relações. Períodos longos de estiagem foram capazes de modificar os aspectos produtivos e até hábitos alimentares. Os limites do território também são apontados nos dois mapas elaborados separadamente, como representado nas imagens a seguir:



Foto 02. Mapa elaborado durante a oficina, por grupo composto basicamente por adultos.



Foto 03. Mapa elaborado por outro grupo, composto principalmente por crianças.

6.2.1. Fase de Interpretação das Informações do Mapeamento Social

Os mapas elaborados expressam de forma explícita a heterogeneidade de um território e os elementos materiais e imateriais que o compõem. Há grande diversidade de grupos em função de aspectos culturais, étnicos, históricos e ecológicos. Além de possibilitar o encontro dessas populações, no desenho dos mapas essas pessoas, muitas vezes, guardam saberes tradicionais fundamentais para a sustentabilidade do território. O que ficou mais evidente durante as reflexões expressadas em desenho foi o desejo de que a atividade agrícola que os sustenta financeiramente tenha bases sustentáveis e que se resgate a cultura de algodão e a posterior produção de tecidos feitos artesanalmente como ocorria no passado, já que o tear foi citado diversas vezes durante as atividades. E



que a água, ou a ausência dela, deixe de ser um fator limitante definitivamente para a comunidade quilombola de Fazenda Santana.

6.3. Memória Coletiva da Oficina de Devolutiva

Na ocasião, foi destacada a relevância da atividade para a confirmação da veracidade das informações fornecidas, e o consequente autoconhecimento da comunidade para ações futuras dos Programas de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas e de Educação Ambiental.

Dados coletados durante as fases de mapeamento técnico, mapeamento social e questionário socioambiental foram novamente socializados, como forma de estimular o grupo a refletir sobre os produtos finais elaborados. Os eixos temáticos do mapeamento técnico foram priorizados recebendo maior destaque, por possuírem um número maior de informações.

Os gráficos gerados por meio do questionário socioeconômico também foram socializados em projeção audiovisual, assim como os mapas sociais elaborados, reafirmando as informações do mapeamento técnico e assim eliminando uma possível fragilidade deste tipo de pesquisa, quando se distancia da equipe de pesquisadores como atividade de alternância. Os membros da comunidade validaram as informações referentes a essas fases do mapeamento.

Apresentou-se então a proposta de capacitações do Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas, referente ao Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, do Projeto Básico Ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, para validação dos temas selecionados para a intervenção. Não houve ressalvas quanto à proposta de capacitações do Plano, validada de forma unânime pelo grupo, conforme segue:

- Oficina de Associativismo e Cooperativismo;
- Oficina de Elaboração e Gestão de Projetos Socioprodutivos;
- Oficina de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- Oficina de Agricultura Orgânica e Agrofloresta;
- Oficina de Reflorestamento, Implantação e Gestão de Viveiros;
- Oficina de Beneficiamento de Frutas Nativas da Caatinga;
- Oficina de Artesanato;
- Oficina de Apicultura;



- Oficina de Criação de Animais de Pequeno e Médio Porte;
- Oficina de Comercialização e Divulgação e Produtos;
- Oficina de Planejamento Estratégico;
- Oficina de Empreendedorismo.

6.4. Pesquisa Socioeconômica

A partir da aplicação e recolhimento dos questionários, os dados foram sistematizados em textos e gráficos, conforme a objetividade ou subjetividade de cada questão. Dados referentes à faixa etária da população, educação, fonte de renda e arranjos produtivos foram expressos, além da contextualização, na forma de gráficos. A análise dos dados obtidos foi realizada tanto nos aspectos quantitativos como qualitativos, confrontando-os com relatos dos moradores registrados durante as oficinas realizadas.

6.4.1. Aspectos Socioeconômicos da Comunidade

Localização e Origem da Comunidade

A comunidade Fazenda Santana localiza-se no município de Cabrobó, estado de Pernambuco, e está distante da sede municipal a 47 quilômetros. No entanto, a comunidade está mais próxima à sede urbana do município de Terra Nova. O acesso às sedes de Cabrobó e Terra Nova é a partir de estrada não pavimentada.

As terras que compõem o território quilombola Fazenda Santana pertenceram a uma senhora chamada Brígida, cujo sobrenome é desconhecido pelos moradores atuais. Os moradores relatam, sem precisão de tempo, que, antes dessa senhora, havia caboclos na região, e alguns se recordam de um caboclo chamado Pedro Piauí e seus irmãos.

O Sr. Francisco Silvano, líder comunitário, conta que grande parte dos moradores de Fazenda Santana descende deste casal. Seu avô, Martim Joaquim do Nascimento, que chegou junto com os pais, em 1908 foi um destes. Ele conta que sua avó, a senhora Maria Alves do Nascimento ainda mora na comunidade e que este ano completou 100 anos.

Há também moradores descendentes do Sr. Cícero Quitéria que veio morar na comunidade logo após a chegada da família de Martim, mas que se casou com uma descendente dos Nascimento. Devido a este acontecimento, para os moradores todos pertencem a uma mesma família.

Os alimentos e atividades que utilizavam para sobrevivência eram o algodão, o caroá, a coroa-de-frade, a caça e a tecelagem. Antigamente teciam redes e utilizavam o algodão para fiar, carregavam água em potes na cabeça, bebiam água de cacimba e havia uma



casa de farinha. Faziam muitos sacrifícios para obter alimentos nos períodos de estiagem, alimentando-se de chique-chique assado, beiju de maniçoba (mandioca brava), hoje substituído pela tapioca, enfrentavam enxame de abelhas para tirar o mel, comiam coco da palmeira do catolé e faziam pão de milho, hoje chamado de cuscuz. Para beber água, cuidar dos animais e lavar roupa utilizavam um cacimbão, e quando a água secava recorriam ao olho d'água para consumo humano e animal.

“O nome da comunidade Santana foi originado por causa do olho d'água de Santana, uma fonte de água que existe no pé da serra, e foi nomeado por alguns caboclos que lá moravam” (Morador da comunidade).

Para diversão e interação comunitária costumavam realizar rodas de forró com sanfona, triângulo e zabumba. Havia também as festas de São João e São Pedro, com novenários conduzidos por dona Ana dos Anjos, casada com irmão do Sr. Martim do Nascimento. Após sua morte, dona Maria Vieira, mais conhecida como Lô, assumiu o compromisso. Até hoje a comunidade mantém a tradição das festas e novenários.

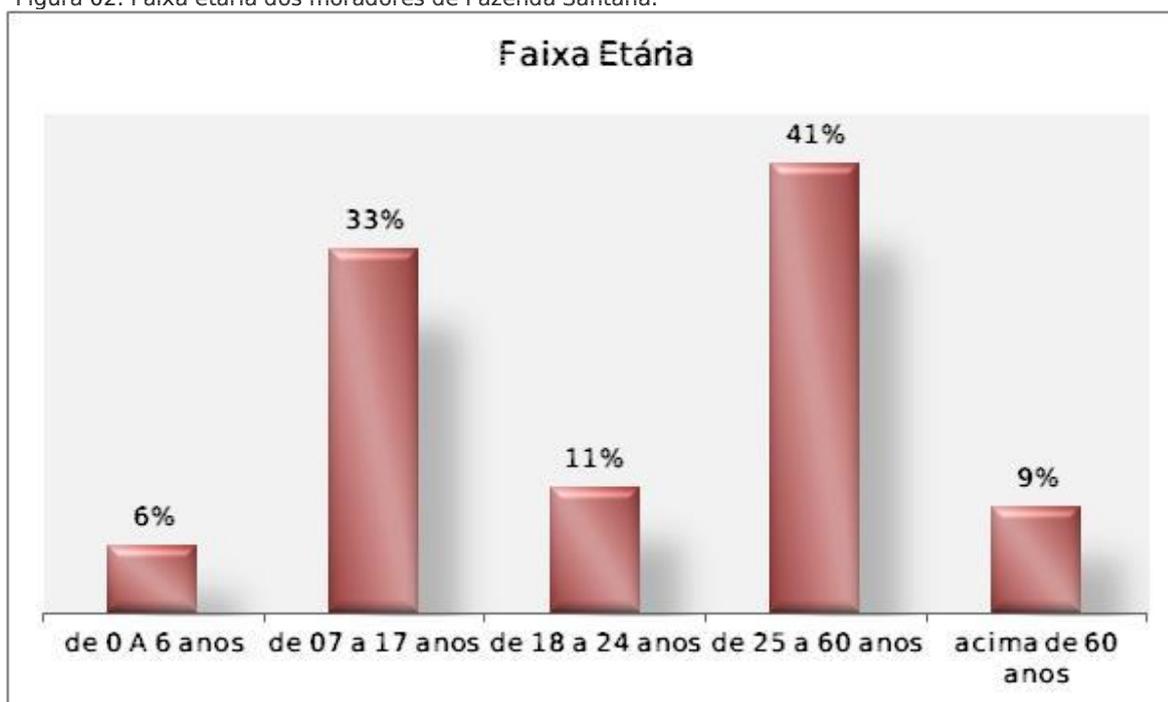
População

Atualmente na comunidade existem 39 famílias, totalizando 131 pessoas, sendo 72 homens e 59 mulheres. No entanto, para a aplicação do questionário socioambiental foram consideradas 30 famílias e 116 pessoas.

Ao analisar a faixa etária dos integrantes da comunidade, verificou-se que há predominância de pessoas entre os 25 e 60 anos, representando aproximadamente 40% do total, e com menor percentual crianças abaixo de 06 anos, representando 6% da população. A seguir, apresenta-se o gráfico de faixa etária da comunidade (Figura 02):



Figura 02. Faixa etária dos moradores de Fazenda Santana.



Educação

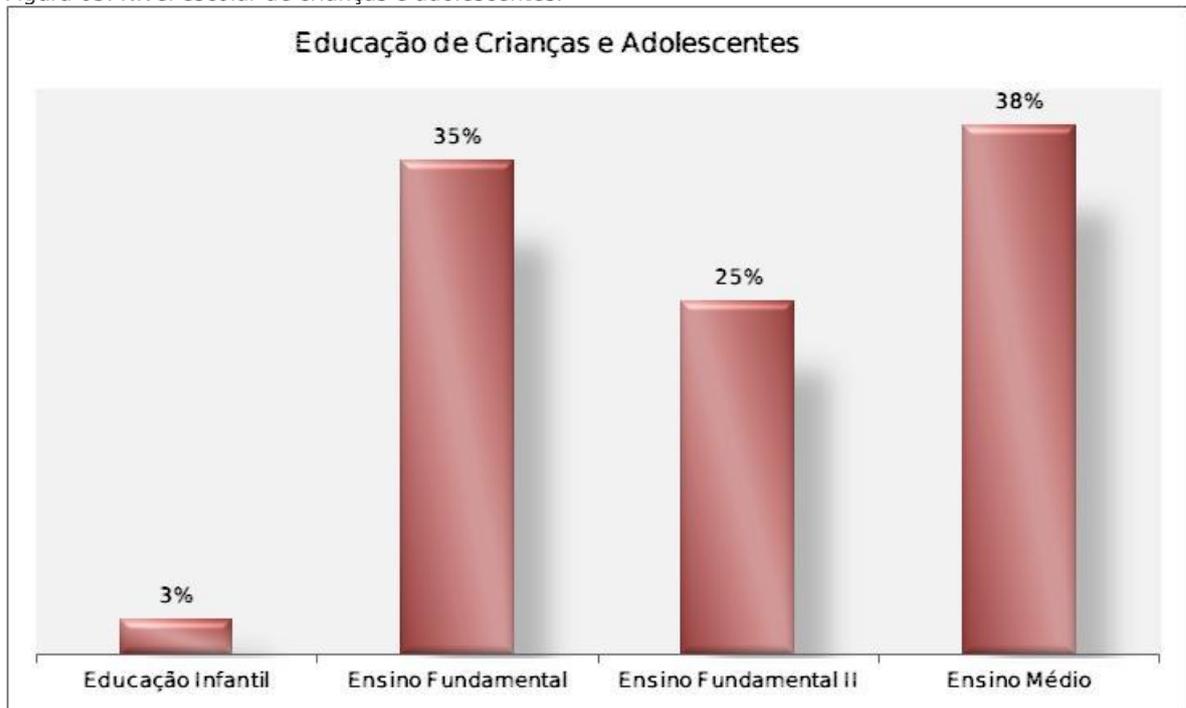
A partir dos questionários aplicados na comunidade, pode-se perceber o grau de escolarização de 40 crianças e adolescentes, a seguir: (i) nível médio – 38% dos alunos; (ii) ensino fundamental II – 25% dos alunos; (iii) ensino fundamental I – 35% dos alunos; e (iv) 3% das alunos estão matriculados na educação Infantil. Na escola da comunidade atualmente estudam 07 (sete) crianças, e a maioria restante estuda no município de Cabrobó.

Dentre os adultos foram considerados 49 indivíduos que cursam os diversos níveis escolares, sendo predominante a ocorrência no ensino fundamental I, com 65%, em seguida no ensino médio, com 16%, e com um menor percentual no ensino superior, com 4% deste público de estudantes.

Os gráficos relacionados à educação de crianças e adolescentes na comunidade estão representados nas figuras a seguir:

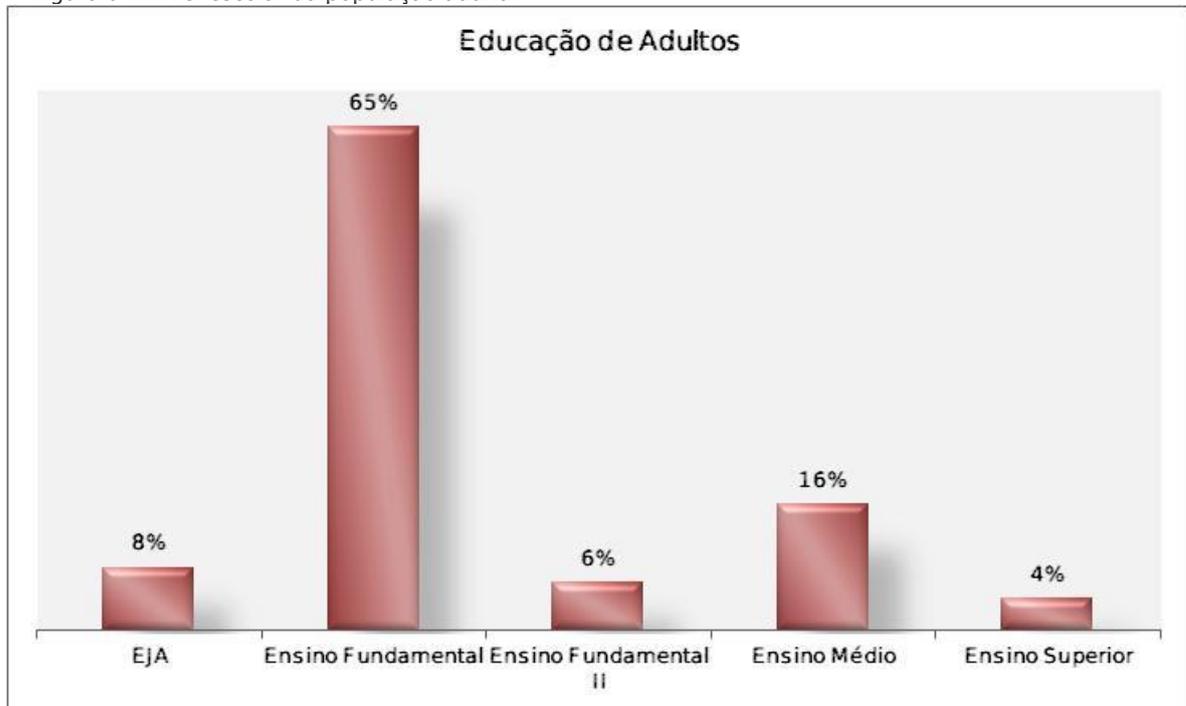


Figura 03. Nível escolar de crianças e adolescentes.



A seguir, gráfico referente à educação da população adulta da comunidade:

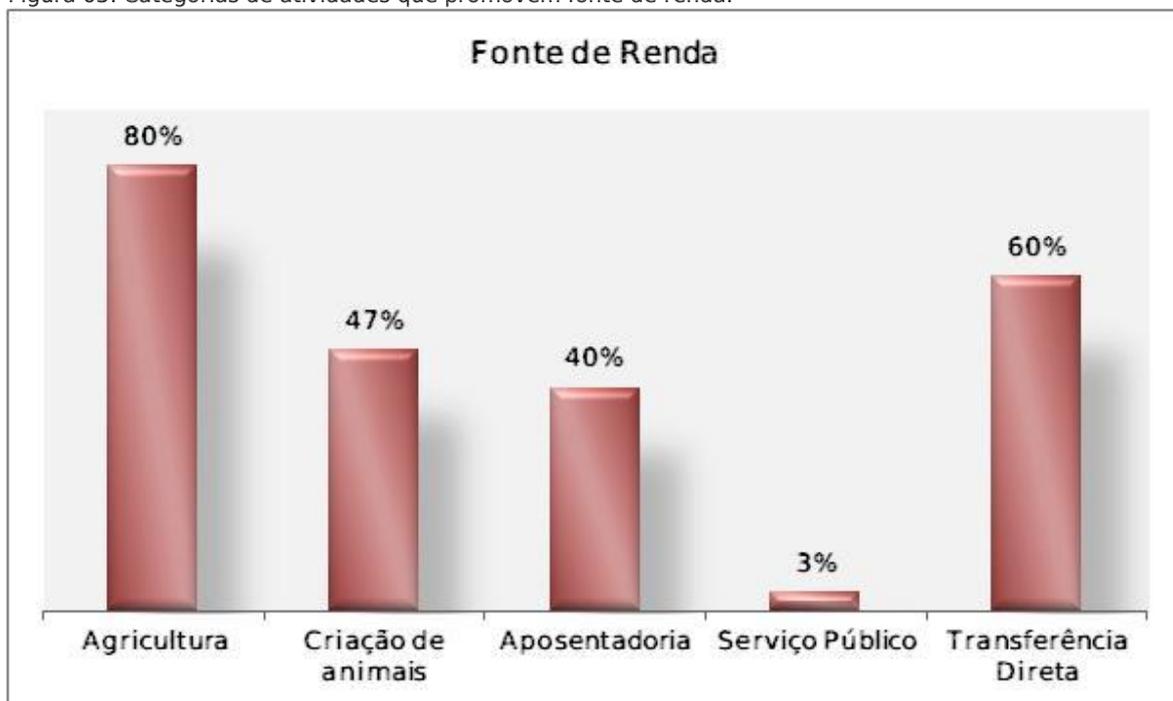
Figura 04. Nível escolar da população adulta.



Fonte de Renda

As principais fontes de trabalho e produção da comunidade são oriundas da agricultura familiar associada à criação de animais de pequeno e grande porte. Produzem principalmente para o consumo, sendo que em períodos prolongados de estiagem quando o plantio não sustenta a base alimentar da família, recorrem à venda dos animais. Grande parte das famílias participa de programas de transferência direta e em algumas situações a renda é complementada por aposentadorias ou pelo serviço público, conforme demonstra a Figura 05 a seguir:

Figura 05. Categorias de atividades que promovem fonte de renda.



A principal fonte de renda da comunidade provém de programas assistenciais do governo como o PRONAF, o Garantia-Safra, o Bolsa Família e também da aposentadoria de muitos moradores. Com base em informações tabuladas do questionário, apenas 8% das famílias praticam a agricultura, aproximadamente 6% criam animais, e 30% têm os programas de transferência direta como a principal fonte de renda. Um fator preocupante é que algumas famílias não relataram alguma fonte de renda como parte da renda familiar, ficando subentendido não existir tal fonte.

Manifestações Culturais

Segundo relatos dos moradores mais antigos, a comunidade realizava as rodas de forró debaixo de latadas (local com cobertura de palha), com sanfoneiros da cidade de Petrolina - PE. Atualmente as crianças e os jovens fazem apresentações teatrais e de dança para apresentar na capela da comunidade. Durante os festejos de São João, no



mês de junho, a população prepara a quadrilha e atividades na comunidade, mas relatam que ainda não possuem um salão adequado para as comemorações.

A religião católica é muito marcante para a maioria dos moradores. A missa é realizada geralmente uma vez por mês. Nas sextas-feiras é rezado o 'Terço dos Homens', no sábado existe o 'Ofício', que é uma oração realizada pelas mulheres no período da tarde, e ainda pela manhã tem a catequese. Domingo ocorre novamente a catequese e os encontros de liturgia, para todos os gêneros e idades.

Quanto às celebrações e comemorações religiosas mais tradicionais, existem os encontros de quaresma e preparação para a Semana Santa, época em que ocorre a via sacra, ocorrendo o ritual do lava-pés na quinta-feira e a adoração da Santa Cruz na sexta-feira.

Em maio existe o novenário do mês mariano, terminando com a coroação de Nossa Senhora; em junho acontece o novenário de São Pedro e no encerramento a festa com danças culturais como a 'da peneira' e ciranda na quadrilha, além de vendas de comidas típicas.

Entre os dias 16 a 26 de julho realizam-se os festejos de Nossa Senhora Santana, padroeira da comunidade. A capela onde ocorrem os novenários e missas foi construída em homenagem a essa santa.

Em setembro comemora-se o mês bíblico, com encontro nos 04 (quatro) domingos do mês na capela e dezembro as novenas de Natal, a partir da metade do mês.



Foto 04. Capela de Fazenda Santana, local onde são realizados os festejos e missas religiosas.

Organização Comunitária e Movimentos Sociais

Organizam-se em reuniões na casa de familiares e principalmente na capela da comunidade. A comunidade é representada pela Associação Quilombola Comunidade Santana - AQCS, a Igreja Católica, as Catequistas e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.



Esses movimentos promovem a interação entre os moradores e comunidades vizinhas, a educação, religião e cultura locais e ainda fontes alternativas de renda familiar. No entanto, os moradores reconhecem ainda a dificuldade de acesso às novas informações e cursos técnicos profissionalizantes, e que isto é um fator que compromete o desenvolvimento da comunidade.

Regularização Fundiária

A comunidade quilombola Fazenda Santana é certificada pela Fundação Cultural Palmares, órgão responsável por tal titulação. Foi contratada uma empresa especializada para desenvolver relatório antropológico, com o objetivo de subsidiar o processo de regularização fundiária em andamento.

Instituições Parceiras e Projetos de Desenvolvimento Local

Algumas instituições parceiras são presentes na comunidade, como a Prefeitura Municipal de Cabrobó, com o auxílio no transporte escolar e no fornecimento de água; o Ministério da Integração Nacional (MI) em parceria com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), com programa voltado à construção e substituição de casas de taipa por alvenaria; o Sindicato Rural, o Pró-Rural e o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), com assistência técnica e elaboração e gestão de projetos; o Exército Brasileiro, com o fornecimento de água; o Conselho de Desenvolvimento Rural, também com auxílio em projetos; o INCRA e a Fundação Cultural Palmares, com o processo de reconhecimento e regularização do território quilombola.

Distribuição Espacial e Formas de Uso da Terra

De acordo com relatos dos moradores, a comunidade limita-se ao norte com a Fazenda Riacho do Angico, ao sul com a Serra Grande de Santana, a leste com a comunidade Badajó e a oeste com o Assentamento Sítio Santana.

Esses recortes territoriais também constituíram os mapas sociais elaborados pelos moradores, contendo a disposição das casas, a escola, a capela, açudes e serras, demonstrando a organização da comunidade quanto ao espaço utilizado. As moradias estão distribuídas nas margens da estrada que corta a comunidade, em uma sequência linear. A escola encontra-se na entrada da comunidade. A capela Nossa Senhora Santana situa-se quase no fim da estrada. Em direção a Serra Grande, existe uma nascente de água denominada pelos moradores como 'olho d'água', símbolo importante na história e formação da comunidade.

Expectativas da Comunidade

A comunidade almeja pelo aprofundamento e compreensão de alguns temas, como:



- Legislação (cidadãos comuns e quilombolas);
- Associativismo;
- Elaboração de projetos e captação de recursos;
- Captação de água e dessalinização;
- Benefícios do PISF;
- Desmatamento;
- Apicultura;
- Curso de corte e costura;
- Artesanato com barro e caroá;
- Uso de defensivos naturais;
- Curso de construção civil elementar;
- Gestão de resíduos sólidos;
- Primeiros socorros;
- Comunicação;
- Capacitações voltadas à saúde, saúde da família e qualidade de vida;
- Manejo do solo e valorização da Caatinga; e
- Criação de animais de pequeno porte.

Arranjos Produtivos

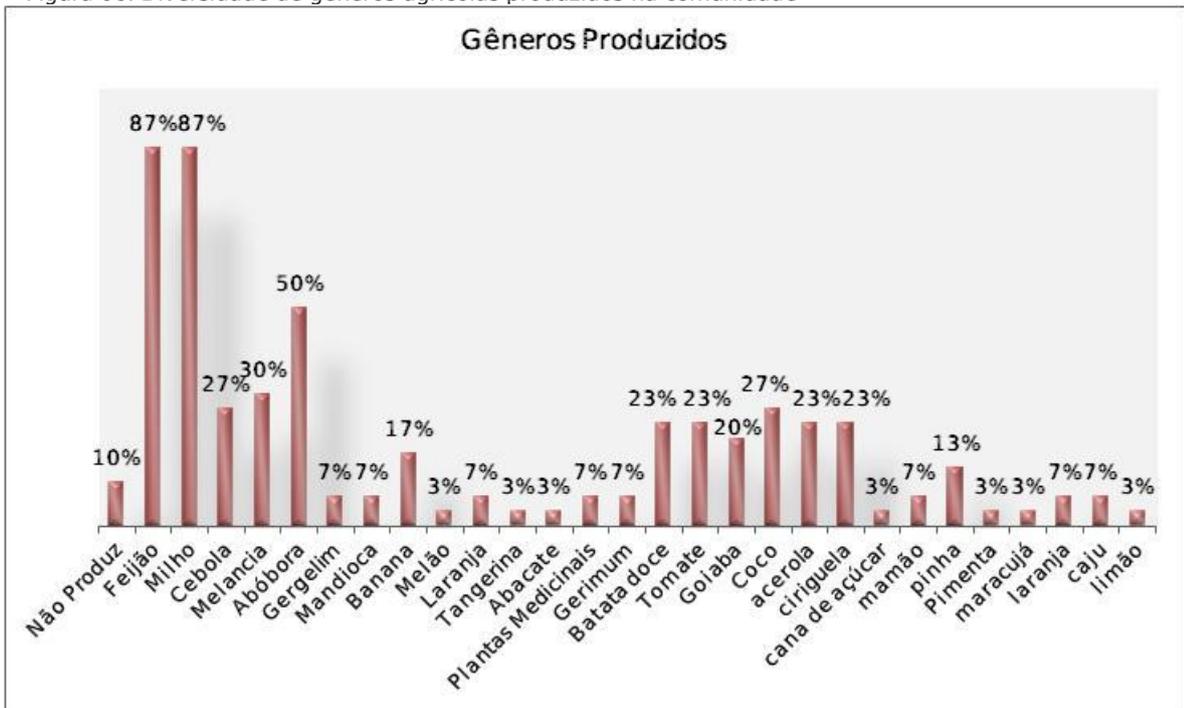
Em Fazenda Santana, as maiores dificuldades encontradas pelos moradores para a produção alimentar e comercial estão relacionadas à falta de água e falta de equipamentos para aração, plantio e colheita.

Os gêneros mais produzidos são o feijão e o milho, e quando estão em período de chuvas costumam plantar cebola, abóbora e algumas frutíferas como: melancia, coco, tomate, banana e goiaba. Esta produção ocorre na maioria das vezes, próxima às moradias. A produção é voltada para a subsistência, porém o excedente é comercializado.

A seguir, a Figura 06 apresenta a produção agrícola na comunidade:



Figura 06. Diversidade de gêneros agrícolas produzidos na comunidade

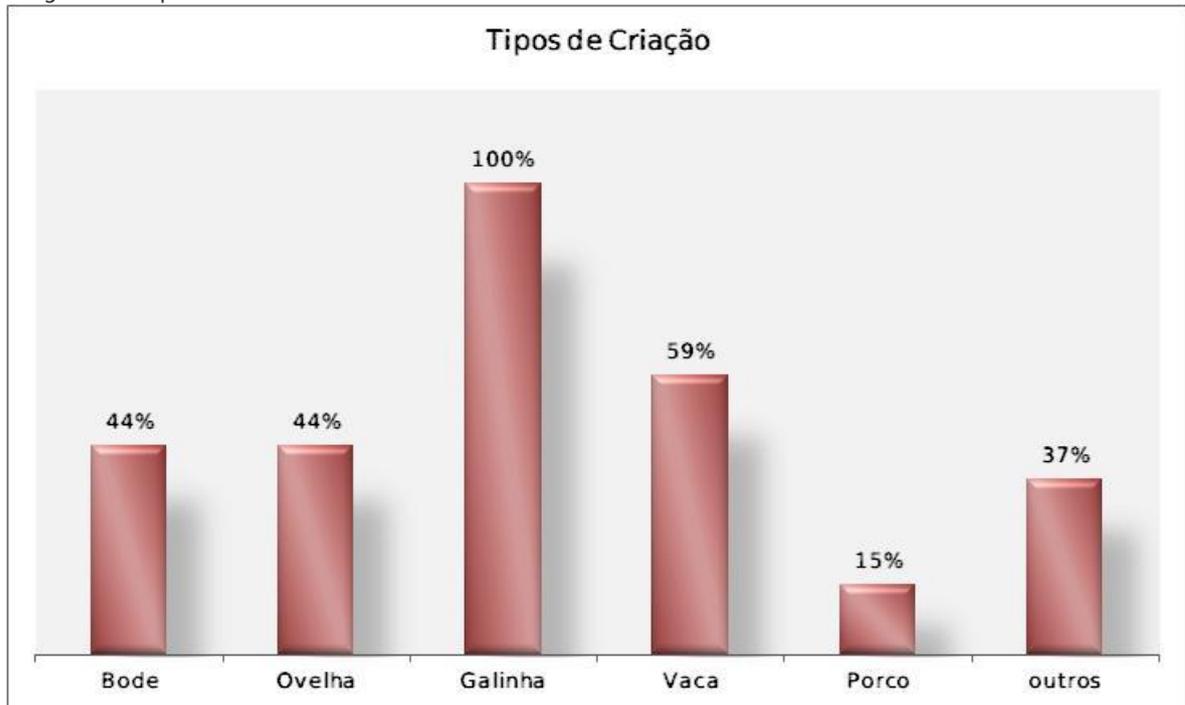


Além da agricultura, a comunidade mantém algumas criações que auxiliam no sustento e renda familiar, tais como vacas, bodes, ovelhas e porcos.

Os moradores informaram que aproximadamente 27% das famílias criam galinhas e 16% criam gado. Os outros tipos de criação, como de bodes e ovelhas representam praticamente a mesma proporção, aproximadamente 10% cada. A seguir, a Figura 07 apresenta os tipos de criação existentes na comunidade:



Figura 07. Tipos de animais criados na comunidade.



A comercialização dos produtos se dá nas feiras locais. No município de Terra Nova são vendidos os animais, e em Cabrobó a cebola, a melancia e o tomate, por possuir melhor custo-benefício. Poucas famílias entregam nas mãos de atravessadores suas criações e poucas vendem na própria comunidade.

A disponibilidade hídrica é relatada pela comunidade como fator preponderante para as atividades produtivas e conseqüentemente para melhoria de vida dos moradores. “*Em épocas de chuva tem alimentação abundante, tem facilidade também para comprar e vender os produtos na própria comunidade ou localidades próximas*” relata um morador de Fazenda Santana. Em períodos prolongados de seca, encontram limitações como à falta de pastagem, falta de água para consumo animal e dificuldade para irrigação dos plantios. Nestes casos, os programas governamentais como o Garantia-Safra e os créditos rurais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) são essenciais. Em Fazenda Santana a maioria das famílias é cadastrada em algum destes benefícios.





Foto 05. Criação de caprinos em moradia da comunidade.



Foto 06. Criação de caprinos de forma extensiva.

6.4.2. Infraestrutura Social e Econômica

Saneamento Básico

- Fontes de Abastecimento de Água

Não existe água encanada e, devido ao grande período de estiagem na história recente da comunidade, a população enfrenta grandes dificuldades. As principais fontes de abastecimento da comunidade, que são o açude, os barreiros, o poço artesiano e as cacimbas, geralmente encontram-se secas. Nesta situação, os carros pipa é que abastecem as cisternas e outros reservatórios para consumo doméstico. O olho d'água existente no local serve para matar a sede dos animais.

Os carros pipa são disponibilizados pela prefeitura municipal de Cabrobó em conjunto com o Exército e o IPA. Esta medida auxilia no período de estiagem, mas não é suficiente, por isto, a contenção de água é uma prática comum para todas as famílias de Fazenda Santana. Segundo os moradores, o abastecimento que ocorre mensalmente e algumas vezes bimestralmente não é o suficiente para abastecer as cisternas da comunidade.

Atualmente há 28 (vinte e oito) cisternas na comunidade construídas em parceria com o Sindicato Rural de Cabrobó e o Pró-Rural.

Os comunitários também fazem referência aos cisternões, cisternas de captação de água da chuva que consistem em um sistema de captação a partir de uma superfície cimentada em formato retangular de 20 (vinte) metros de comprimento por 10 (dez) metros de largura, onde na base menor existe um canal que conduz a água até a cisterna lateral. Esse método tem possibilidade de captar uma quantidade maior de água da chuva devido ao seu tamanho. Na comunidade quilombola Fazenda Santana existem 03 (três) cisternões.



- Efluentes Domésticos

Os efluentes domésticos das casas da comunidade são jogados a céu aberto, com exceção de 02 (duas) casas de alvenaria, construídas pelos próprios moradores. Essas fossas são de estrutura simples, sem sumidouro e conectadas somente com o banheiro. Todos os outros moradores da comunidade não possuem banheiros nos domicílios. Foi constatado que em algumas casas de taipa existem um pequeno local que serve para o banho e os efluentes são despejados fora de casa.

- Coleta e Destinação do Lixo

Na comunidade não existe serviço público de coleta de lixo e nem trabalhos de triagem e reaproveitamento dos resíduos sólidos. Os moradores geralmente empacotam os seus resíduos domésticos em caixas e sacolas e depois jogam no ambiente, para serem queimados ou enterrados.

Acreditam que ao queimar ou enterrar ocorre a *"diminuição da poluição para a população e animais, facilita a vida, limpa o ambiente em que vivemos e diminui o acúmulo do nosso lixo"* e quando espalhados, que *"junta micróbios, prejudica as árvores e o ar, a poluição da água, o ar fica mais quente, diminui a plantação, prejudica a terra, empobrece a natureza, entope nossos córregos e quebra os açudes"*. Sugere-se que nas práticas educativas a serem executadas com este grupo sejam levadas em consideração estas situações e apresentadas alternativas para a gestão dos resíduos sólidos na comunidade.

As garrafas tipo PET são utilizadas para armazenar feijão, e alguns moradores comercializam as latas de alumínio. Os resíduos de origem orgânica sempre são aproveitados como alimento para os animais.

Energia Elétrica

Todas as casas da comunidade têm acesso à energia elétrica por meio do Programa Energia para Todos do Governo Federal, benefício adquirido no ano de 1997, com exceção de uma única casa de taipa construída há pouco tempo.

Saúde

Na comunidade não há Posto de Saúde da Família. O atendimento médico é realizado mensalmente, para consulta, aferição da pressão, exames preventivos, vacinação e entrega de alguns medicamentos comuns. No entanto, os moradores reclamam que este atendimento nem sempre ocorre com a frequência adequada às necessidades.

Os moradores também são atendidos com a visita mensal de duas enfermeiras e um agente comunitário de saúde. As enfermeiras dão assistência em trabalhos preventivos,



aplicação de injeção, aferição da pressão e exames de diabetes, enquanto que o agente de saúde geralmente realiza a pesagem das crianças, a distribuição do cloro para tratamento da água e higienização dos alimentos, marcação de exames e orientação preventiva.

Casos de hipertensão são recorrentes entre os moradores da comunidade, que apontam a inexistência de um posto de saúde e irregularidade no transporte de pacientes para a sede municipal como as principais dificuldades encontradas.

Os medicamentos caseiros são alternativas muito utilizadas pelos comunitários, que veem as espécies da Caatinga como a principal possibilidade para o tratamento de doenças.

Educação

A comunidade possui uma escola que oferece o ensino fundamental I, a Escola Municipal Manoel Pereira da Silva. Sua estrutura contempla 01 (uma) sala de aula, 01 (uma) pequena cozinha, pouco adequada para atender aos alunos, 01 (uma) sala e banheiro sem uso. Contam com 03 (três) funcionários, sendo 01 (uma) professora, 01 (uma) auxiliar de serviços gerais e 01 (uma) merendeira. A escola atende alunos da alfabetização ao 4º ano, em sistema de turmas multisseriadas, e para dar continuidade à vida escolar os jovens dirigem-se às escolas situadas nas sedes municipais de Terra Nova ou Cabrobó.

Comunicação

Na comunidade Fazenda Santana os principais meios de comunicação são: televisores, rádios, cartas (bilhetes), conversas e dois telefones celulares com antena rural. Os moradores ressaltam que quando há queda de energia ficam sem comunicação.

A população local solicita aos órgãos competentes a instalação de telefonia pública, antena de celular e a construção de um centro de inclusão digital para promover a comunicação comunitária, principalmente entre os jovens.

6.4.3. Produção e Formas de Uso e Ocupação do Solo

Recursos Naturais

A comunidade pratica atividades extrativistas sustentáveis, como a coleta da fruta de umbuzeiro para produção de sucos, umbuzada e pequena comercialização da fruta e, ainda, a coleta do fruto da palmeira catolé, para consumo da amêndoa. Ainda utilizam os recursos naturais para produção de artesanato, como o cipó da planta caroá para cordas, a palha do catolé para fazer abanos, vassouras e esteiras. Geralmente os produtos artesanais são feitos somente por encomenda. Antigamente as plantas de juazeiro,



quixabeira, mulungu, catolé e umbu eram simbolicamente importantes para as pessoas da comunidade, além de serem fontes básicas na alimentação. Segundo os moradores mais velhos, hoje os jovens já não dão mais valor a esses recursos naturais.

6.4.4. Serviços de Apoio à Produção

Assistência Técnica

A comunidade é atendida por programas de assistência técnica do Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA) no acompanhamento e vacinação dos animais, no caso, o rebanho bovino.

6.4.5. Análise dos Resultados da Pesquisa Socioeconômica

A comunidade Fazenda Santana sempre foi marcada pela dependência direta de recursos locais para seu desenvolvimento, devido ao posicionamento geográfico da comunidade, relativamente isolada na zona rural do município de Cabrobó e com acesso comprometido. A comunidade é constituída aproximadamente por 39 (trinta e nove) famílias, com faixa etária média entre 25 e 60 anos.

A educação local é marcante pelo esforço de alguns comunitários, exercendo principalmente as funções de professora e merendeira, porém a falta de estrutura adequada compromete o atendimento de todas as crianças da comunidade. A única escola da comunidade possui apenas uma sala de aula.

Em relação à geração de renda, grande parte dos moradores depende de programas assistenciais do governo, e, sendo uma comunidade essencialmente agrícola, não realizam outro tipo de atividade que não seja relacionada à produção agrícola ou pecuária.

As manifestações culturais possuem relação íntima com a religião católica, com festejos realizados na própria comunidade. Algumas manifestações ocorrem em interação com outras localidades vizinhas.

A Associação Quilombola Comunidade Santana é a principal articuladora das atividades locais, e a comunidade também recebe apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de Cabrobó e do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA nas questões voltadas à produção e capacitação técnica.

A comunidade é certificada como quilombola pela Fundação Cultural Palmares, porém o processo de regularização fundiária está em andamento.

A agricultura familiar local é diversificada, em pequena escala e de subsistência, com comercialização do excedente em feiras locais. A criação de animais também é voltada para consumo das famílias.



Como não há rede de abastecimento de água na comunidade, os moradores dependem da disponibilização de carros pipa por parte da Prefeitura Municipal de Cabrobó.

A comunidade também não possui rede de efluentes domésticos ou coleta de resíduos sólidos, por isso são depositados no ambiente sem qualquer tratamento.

Em casos de necessidade de atendimento médico com maior urgência, os comunitários recorrem aos municípios de Cabrobó e Terra Nova, por possuírem estruturas básicas de serviços de saúde. Casos considerados menos graves são tratados com medicamentos caseiros ou com acompanhamento dos profissionais que visitam a comunidade esporadicamente.



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade de Fazenda Santana possui a particularidade de isolamento geográfico do município a que pertence, no caso, o município de Cabrobó, estado de Pernambuco. A sede municipal de Terra Nova é mais próxima da localidade, porém a comunidade não pode ser contemplada por muitos serviços oferecidos em Terra Nova por pertencerem à divisão política e social de Cabrobó - PE.

A população local identificou-se com o processo de diagnóstico socioambiental iniciado pelas oficinas de mapeamento técnico e social, e afirma que as atividades promovidas facilitam a compreensão do desenvolvimento local enquanto grupo social e que suas relações com o território e seus recursos estão diretamente relacionadas ao processo participativo e a construção coletiva. Observa-se ainda que esta comunidade busca constantemente o acesso à informação e a novos conhecimentos, se dispondo a participar efetivamente de atividades que são propostas por instituições ou órgãos ligados ao desenvolvimento dessas comunidades tradicionais.

Em Fazenda Santana, embora se tenha consciência de sua origem como comunidade quilombola, o processo de autorreconhecimento como tal é recente, sendo parte integrante da aceitação de uma política pública que poderia facilitar a vida do grupo no município a que pertence, com serviços e programas sociais garantidos pela legislação específica aos remanescentes de quilombos. Os objetivos socioeconômicos das ocupações de um território são determinantes para muitas das relações que se estabelecem com o ambiente e principalmente no que se refere às relações interpessoais, sendo essa característica também comum a esta comunidade.

O principal problema da comunidade está relacionado à disponibilidade e acesso à água, recurso historicamente escasso e tido sempre como insuficiente para o desenvolvimento local segundo a maioria dos moradores.



8. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, W. P. de; FILHO, W. F. **Uma História do Negro no Brasil**. Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Quilombos: sematologia face a novas identidades**. In: CRUZ, Magno José et al (org). São Luiz: SMDDH/CCN-PVN, 1996.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno et al. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010.

ANDRADE, L. M. M. de. **Terras Quilombolas em Oriximiná: Pressões e Ameaças**. 1ª ed. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2011.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo; CYPRIANO, André. **Quilombolas. Tradições e cultura da resistência**. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

ARARIPE, A.; NASCIMENTO, E. **Sertão Quilombola: A Formação dos Quilombos no Sertão de Pernambuco**. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 2008.

CAMPOS, C. S. **Conjuntura quilombola no sertão de Pernambuco**. Tempo e Presença. Koinonia; Ano 3 - Nº. 11; Julho de 2008.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Cabrobó**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Cabrobó**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Salgueiro e Terra Nova**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Salgueiro e Terra Nova**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Mirandiba**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Mirandiba**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.



GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: Uma orientação aplicada**. 4ª. Ed. Porto Alegre: Bookman. 2006. MEC – Ministério da Educação: Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php/?option=com_content&view> Acesso em 30/08/2013.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Guia de Políticas Sociais Quilombolas. 2009. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/publicidade>> Acesso em 22/12/2011.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **O Negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

RATTS, Alecsandro J. **(Re)conhecer quilombos no território brasileiro**. In: FONSECA, M. N. S. (Org.). Brasil Afro-brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SILVA, J. M. S. **Tecendo estórias das comunidades mais remanescentes quilombolas aqui e acolá**. 2010. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2004. Orientação de Profª Doutora Maria Lúcia Pimentel de Sampaio Góes.

SILVA, J. M. S. Comunidades Quilombolas, suas lutas, sonhos e utopias. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/COMUNIDADES-QUILOMBOLAS-SUAS-LUTAS-SONHOS-E-UTOPIAS.pdf>. Acesso em: 19/01/2012.

SIQUEIRA, M. de L. **Quilombos no Brasil e a Singularidade de Palmares**. Disponível em <<http://www.smecc.salvador.ba.gov.br/documentos/quilombos-no-brasil.pdf>> Acesso em 22/12/2011.

SEPPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em <http://www.sepppir.gov.br/copy_of_acoes> (2008). Acesso em 30/12/2011.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas**: Ambiente & Sociedade, São Paulo, ano V, n. 10; 1º Semestre de 2002.

SOUSA, R. G. **Escravidão Indígena x Escravidão Africana**. Mundo Educação. Disponível: <<http://www.mundoeducacao.com.br/historiadobrasil/escravidao-indigena-x-escravidao-africana.htm>>. Acesso em: 16/02/2012.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. Eds. Santos, Kátia M. Pacheco dos e Tatto, Nilto. São Paulo, 2008.

Escravidão e Resistência em Pernambuco. Disponível em: <http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/pe/pe_escravidao.html>. Acesso em 26/03/2012.



9. ANEXOS

Anexo I - Imagem do Painel Rotativo e Quadro Descritivo do Painel.

Anexo II - Plano Integrado de Capacitação de Comunidades Quilombolas.



Anexo I. Imagem do Painel Rotativo e Quadro Descritivo do Painel.



QUADRO DESCRITIVO DAS INFORMAÇÕES DO PAINEL ROTATIVO

NOSSAS ÁGUAS E USOS		
Existe	Facilita	Dificulta
<p>Cisternas, açude, cacimba e olho d' água.</p>	<p>Temos água potável, lavar roupa, água para os animais, regar plantas, cata-vento do vizinho (poço artesiano) nos auxilia na água para os animais, na agricultura, na plantação da cebola, tomate e etc. e higiene pessoal.</p>	<p>Falta de chuva, água salgada, água poluída para consumo humano, falta de um cata-vento da própria comunidade, uso de agrotóxicos, não ter um dessalinizador e água encanada do PISF.</p>
NOSSO LIXO		
Existe	Facilita	Dificulta
<p>Caixas e sacolas que colocamos o nosso lixo e depois jogamos fora (na natureza), queimadas, poluição e enterrar o lixo.</p>	<p>Diminuição da poluição para a população e animais, facilita nossa vida, limpar o ambiente em que vivemos e a diminuir o acúmulo do nosso lixo.</p>	<p>Junta micróbios, prejudica as árvores e ar, a poluição da água, o ar fica mais quente, diminui a plantação, prejudica a terra, empobrece a natureza, entope nossos córregos e quebra os açudes.</p>



NOSSA SAÚDE		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Médico (uma vez por mês), aferição de pressão, medicamentos, exames preventivos e vacinação.</i>	<i>Não precisar sair da comunidade, somos atendidos na comunidade.</i>	<i>Não tem posto de saúde na comunidade e as consultas ficam restritas por que acontecem só uma vez por mês.</i>
NOSSO MEIO AMBIENTE		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>A Caatinga, a criação de animais, o lixo, a pesca, a caça, a plantação de legumes, a barragem, erosão no solo, a escola, as pessoas, transporte e energia.</i>	<i>A sobra, o ar fresco, utiliza para fazer remédio caseiro e alimentos dos animais, queimar o lixo, lavar roupa, dar de beber aos animais, fazer plantação, a educação, água gelada e conservar as comidas na geladeira.</i>	<i>As queimadas, os desmatamentos, a falta de coleta de lixo, não temos dinheiro para comprar o peixe porque na época da piracema não podemos pescar, quando não há inverno perdemos a colheita (falta de chuva), falta de preservação do meio ambiente, falta de consciência, falta de banheiros e falta de dinheiro para pagar passagem.</i>
NOSSA EDUCAÇÃO e CULTURA		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Escola, alunos, professores, zeladora, merendeira, transporte escolar, forró, a missa da comunidade dia 26 de cada mês, novena de São Pedro, catequese, quadrilha, novena de Nossa Senhora Santana.</i>	<i>Aprendizagem, atenção das crianças, alimentação das crianças, limpeza, a missa na comunidade, os homens aprendem a rezar, educa as crianças na fé e animação das pessoas.</i>	<i>Os alunos não querem aprender e atrapalham, falta de reforma na escola e falta de transporte escolar seguro, distância que às vezes o padre não vem e um salão de festa na comunidade.</i>
NOSSA COMUNICAÇÃO		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Celular rural, cartas (bilhetes), rádio, televisão e conversas.</i>	<i>O meio de comunicação, a nossa convivência com outras pessoas, as informações de notícia e avisos.</i>	<i>Quando os nossos celulares estão fora de área ou na falta de energia ficamos sem saber notícias e não falamos com os nossos familiares, tem celular, mas falta uma torre de sinal, falta um telefone público e falta de inclusão digital.</i>
NOSSOS MOVIMENTOS SOCIAIS E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Escola, Associação Quilombola Santana, a Igreja Católica, terço dos homens, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e as catequistas.</i>	<i>A união das pessoas, educação das pessoas, conversão das pessoas, animação da comunidade, educação religiosa, evangelização e meio de renda familiar.</i>	<i>Falta de conhecimentos.</i>
NOSSOS ARRANJOS PRODUTIVOS		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Criatório, plantação de feijão e milho, quando chove planta roça de cebola/melancia/tomate/banana/goiaba e boiadeiro que compra e vende bode.</i>	<i>A alimentação, a compra e venda no local e sobrevivência.</i>	<i>Falta de pastagem e água no período da seca, os atravessadores que compram barato e agente fica no prejuízo e os insetos na roça.</i>



ANEXO II. Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas.

